

CENTRO HISTÓRICO

Prefeitura quer incentivos fiscais

Projeto de Lei Complementar chega à Câmara como mais uma iniciativa para o resgate social e econômico do bairro

O prefeito de João Pessoa, Cicero Lucena (PP), encaminhou à Câmara Municipal de João Pessoa um projeto de lei complementar que prevê a concessão de incentivos fiscais para estabelecimentos comerciais e residenciais do Centro Histórico da capital.



Prefeitura quer mudar Código Tributário para beneficiar Centro Histórico de JP

A proposta encaminhada pelo Executivo prevê a alteração do Código Tributário Municipal, dando poderes ao prefeito para a concessão de descontos na cobrança de ISS (Imposto Sobre Serviço), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). Para receber o benefício é necessária a comprovação do uso efetivo do imóvel para fins de instalação e/ou manutenção de atividade econômica e/ou residencial.

Para ser acessado, o comerciante ou morador precisará encaminhar requerimento, que será analisado pela Secretaria da Receita Municipal. Em relação ao ISS, o tributo será reduzido de 5% para 2%. No caso do IPTU, a isenção ocorrerá no caso do ITBI para a compra de imóvel no Centro da capital.

Dará urgência na votação da matéria, o que deve ocorrer já na próxima terça-feira. "Essa é uma bandeira que assumimos e vamos lutar pela revitalização da área comercial da nossa capital", disse Dinho Dowsley. O dirigente apresentou um plano de trabalho com quatro eixos neste ano e tem trabalhado junto a empresários e ao poder público para que se consiga a revitalização do Centro.

Dinho explicou que conversou nesta sexta com o prefeito e com o governador João Azevêdo e que os dois marcam para o início de dezembro o anúncio conjunto de benefícios. "Além do que a prefeitura está se comprometendo agora, o governador vai anunciar um pacote de incentivos. O tema está sendo gestado na Secretaria da Fazenda e vem coisa boa por aí para o Centro Histórico", disse.

NOVEMBRO NEGRO

Deputados e vereadores debatem igualdade racial

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) realizou, ontem, sessão especial em conjunto com a Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) em alusão à campanha Novembro Negro, com o objetivo de debater a reparação e a igualdade racial.

O vereador Marcos Henriques ressaltou que o povo negro representa a maioria da população brasileira, entretanto, é o que convive com as piores condições de vida produzidas pelas desigualdades. "Este tipo de discussão visa combater esse racismo estrutural, apoiando o Observatório Cultural de Negros e Negras, interagindo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) pela desvinculação Coordenadoria da Igualdade Racial. São através de ações como estas que nós vamos tentando mostrar a importância do povo negro para economia, tecnologia e para artesanato", afirmou o vereador.

A promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Liana Espínola Pereira de Carvalho, garantiu que a atuação seguirá à disposição e caminhando lado a lado com os movimentos sociais com o objetivo de construir ações e unir esforços contra o racismo. "É uma pauta de todos. Além de não sermos racistas, precisamos ser antiracistas. A pauta da equidade racial não é apenas das pessoas negras, é uma pauta de dignidade humana, de respeito à diversidade e deve ser abraçada por todas as pessoas. O Ministério Público está de portas abertas", afirmou a promotora.

A parlamentar lembrou que, historicamente, o Brasil foi construído "a sangue, suor e lágrimas" do povo negro, que foi retirado de seu território para ser escravizado. Diante disso, Cida Ramos destaca como fundamental que haja reparação histórica. "Por mais que tenhamos presenciado nos governos do PT avanços significativos no sentido de reparar, de lutar e

AUDITORIA

Situação de UBS é preocupante, diz TCE-PB

Os resultados da auditoria coordenada realizada pelo Tribunal de Contas do Estado nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, em mais de 100 municípios da Paraíba, mostraram que a situação na maioria dos municípios ainda é preocupante e precisa de providências, em alguns casos urgentes, conforme ficou demonstrado no relatório inicial, apresentado pelo diretor de Auditoria e Fiscalização, Eduardo Albuquerque, na última sessão do Tribunal Pleno. A auditoria simultânea foi realizada na terça-feira (21), com a mobilização de 39 equipes de auditores do TCE.

153 Unidades Básicas de Saúde - UBS. Esse é o segundo levantamento realizado pelo Tribunal de Contas nas UBS, e envolveu 115 municípios, dos 119 selecionados de acordo com critérios técnicos estabelecidos, sendo que em quatro não foi possível o acesso. Na avaliação foram verificados itens relacionados à infraestrutura, profissionais de saúde, disponibilidade de controle de medicamentos, atendimento ao público, tratamento e destinação de resíduos hospitalares. As providências em 25 Unidades Básicas de Saúde carecem de urgência e refletem, em muitos casos, descaso com a saúde da população. Observou-se barreiros interdiçados, varzamentos nas instalações, ambientes com paredes molhadas, impossibilidade para

realização de exames citológicos pela falta de condições mínimas de equipamentos, lixo hospitalar nas proximidades de refeitório, estufas quebradas e salas sem refrigeração, principalmente nos ambientes de vacinas e de medicamentos.

postos de lixo contaminado nas proximidades do refeitório. A situação mais grave foi detectada em Santa Rita, onde constatou-se restos caídos, lixo hospitalar em local impróprio, falta de acesso e aspectos de sujeira, supondo-se o acúmulo de lixo e o risco de contaminação de água potável.

Situações

Na apresentação o diretor mostrou alguns casos que chamaram a atenção, a exemplo do município de Pirpirituba, onde se verificou instalações precárias no consultório odontológico, inclusive com a falta de alvará de funcionamento atualizado. Os auditores mostraram fotografias de mostramos, letos com rachaduras - indicando risco de desabamento - e falta de rebocos nas paredes da UBS no bairro de Monte Santo, em Campina Grande. Em Belém, de-

Resultados

O trabalho realizado pela Auditoria fecha o relatório com alguns tópicos comparativos com a situação do relatório anterior, consolidado em 2022, fixando-se um quadro de desempenho para cada município. A situação, conforme ficou destacado, levandose em conta os melhores e piores resultados, observa-se que houve avanço e melhorias constatadas nos municípios de Cabedelo e João Pessoa.

Official notice from the Tribunal de Contas do Estado da Paraíba regarding the audit of UBS units. It includes a table with columns for 'Modalidade', 'Data', 'Hora', and 'Objeto'. The table lists a public bidding process for the acquisition of 100 units of equipment. The notice also mentions the date of the audit and the name of the auditor, Sebastião Cirino da Silva.

Official notice from the Assembleia Legislativa da Paraíba regarding the 11th Ordinary Session of the Legislative Council. The notice includes the date, time, and location of the session, as well as the agenda items to be discussed, including the approval of the 2024 budget and the appointment of the 2024 council members.

Official notice from the Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Comércio e Serviços de Retêlo no Compartmento da Biorborema (SINDECPETRO). The notice includes the date, time, and location of the election for the 2024 council members. It also mentions the names of the candidates and the date of the election.

A QR code and a small graphic element at the bottom left of the page.

Assinado com senha por [CIN72636] [SENHA] MANOEL SÓCRATES SILVA DE MELO em 27/11/2023 - 15:59hs. Documento Nº: 2715201.30462910-8119 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar/?n=2715201.30462910-8119



CINPRC20300295V04